

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.663.644 - SP (2020/0034649-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : S L S S  
**ADVOGADOS** : JOSEMAR ESTIGARIBIA - SP096217  
MELISSA SILVA BETTIOL - SP181266  
**AGRAVADO** : R T G (MENOR)  
**REPR. POR** : R T G  
**ADVOGADO** : RENATA FARAH PEREIRA DE CASTRO - SP342375

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por S L S S, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO PLANO DE SAÚDE NEGATIVA DO PLANO DE SAÚDE DA COBERTURA DE TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR COM FISIOTERAPIA ( MÉTODO CUEVAS MEDEK EXERCISES ) TERAPIA OCUPACIONAL ( MÉTODO BOBATH ) E FONOAUDIOLOGIA ( MÉTODO BOBATH ) A PACIENTE PORTADORA DE PARALISIA CEREBRAL TETRAESPÁSTICA E EPILEPSIA ALEGAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NÃO PREVISTOS NO ROL DA ANS RECUSA DE COBERTURA ABUSIVA EXPRESSA INDICAÇÃO MÉDICA SÚMULA N 102 DO E TJSP LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE SESSÕES COBERTAS PELO SEGURO SAÚDE INADMISSIBILIDADE LIMITAÇÃO É PRÁTICA ABUSIVA NOS TERMOS DO ARTIGO 51 IV E § IO II DA LEI 8078 / 90 ( CDC ) RECURSO DESPROVIDO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 10, inciso I, da Lei 9656/98, no que concerne à obrigação de custear tratamento não compreendido dentre os contratualmente cobertos, trazendo os seguintes argumentos:

O fato é que até o presente momento, concluiu a medicina brasileira, que os procedimentos solicitados pela autora NÃO POSSUEM COMPROVAÇÃO CIENTÍFICA DE SUA EFICÁCIA, sendo considerados tratamentos experimentais pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e CFM (Conselho Federal de Medicina, e portanto, off label). (fls. 462).

Destarte, requer seja reconhecida a violação da disposição do inciso I, do artigo 10, da Lei Federal n.º 9.656/98 para o fim desobrigar a

# *Superior Tribunal de Justiça*

recorrente de custear integralmente as despesas com os procedimentos realizados pelos Métodos Cuevas Medek Exercises e Bobath, eis que não compreendido dentre os procedimentos contratualmente cobertos. (fls. 463).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente